

MAIS ESTRANGEIRO QUE OS OUTROS?

OS JAPONESES NO BRASIL

Célia Sakurai *

“Pro Japão?”

“É... Viajo dia 16.”...

“Não há uma maneira... você não pode desistir dessa viagem?”

“Não posso, Romeu. Seria quase uma ofensa para o meu pai. Ele está fazendo isso porque acredita... Se eu dissesse que não quero ir, ele deixaria de confiar em mim.”

“Meu pai quer o melhor para os seus filhos... E o melhor que ele pode oferecer é o estudo— explicou Hiromi -. Não será fácil para ele. Toda a família se sacrificará um pouco para que eu possa estudar no Japão.”

Este trecho retirado de um romance de Luiz Galdino (Galdino, 1990: 82) trata do relacionamento de dois jovens, a moça de origem japonesa, vivendo nos dias de hoje, situações semelhantes a tantos outros jovens. De um lado, uma história de estranhamentos:

“É bom esse doce!- aprovou Romeu. É anmoti...Doce de feijão. –De feijão? – estranhou Marcelo, saboreando um iaki manju. – Feijão é pra comer com farinha!” (idem: 13); de concessões: “Você não vê o Toshio (irmão)? Ele age como qualquer brasileiro. E seu pai não critica? Não digo que ele aprove... Mas não o impede de fazer nada.” (idem: 54)

Por outro lado, a jovem estudante que reluta entre o namoro, a vida escolar no Brasil, mas tem o

compromisso com o pai e com toda a família de, indo estudar no Japão, abrir perspectivas para o seu futuro e de sua família.

Este é um panorama sintético que envolve não apenas os japoneses, mas os imigrantes de forma geral. São estranhamentos, concessões, projetos de futuro, conflitos internos. No entanto, os japoneses têm a peculiaridade de serem mais estranhos, mais diferentes que as outras etnias imigrantes dentro deste país. No passado e no presente. Destacam-se por não serem brancos, católicos e latinos dentro de um quadro em que não ser católico, por exemplo, era ao menos, inusitado.

Ao refletir sobre a presença dos japoneses no Brasil, fica evidente que, pelo fato de serem mais estranhos, mais diferentes, são também, um grupo de grande visibilidade na trama da sociedade, sendo permanentemente cercados pela curiosidade, espanto, ou

apoio. Os japoneses têm um lugar controverso na história recente do Brasil, que pode tanto ir da admiração como ao desprezo. Historicamente, pode-se afirmar que foram interlocutores privilegiados para as elites nacionais debaterem questões cruciais do país, sobretudo no período até a Segunda Guerra Mundial. No período após a guerra, há uma diluição do grau de estranhamento até pela própria convivência com a sociedade abrangente e também pela tendência geral de se ir aparando as arestas das diferenças culturais e raciais. O objetivo deste artigo é repassar alguns dos mais importantes diálogos empreendidos entre esse grupo de imigrantes e a sociedade que os recebeu. Nesse trajeto, as muitas identidades dos nipo-brasileiros vão se forjando e tomando corpo no movimento permanente de intercâmbio com a sociedade brasileira.

**“Que ninguém
receba, em sua casa,
gente ou bicho
que não conheça
por fora e por
dentro.”**

(Miguel Couto, 1934 apud Leão, 1990: 313)

Reafirmar que os japoneses tiveram um papel de destaque em questões que permearam a história das primeiras décadas do século XX, não é exagero. Os japoneses são personagens privilegiados dentro da montagem daquilo que os ideólogos de um Brasil moderno estavam buscando. Os japoneses estão na mira das principais discussões do período, sobretudo aquelas que se referem à discussão sobre raça e assimilação de um lado, e na esfera econômica, sobre alternativas ao modelo da monocultura e da grande propriedade agrária. Em ambos os aspectos, são alvo de polêmicas porque são elementos contrastantes.

Dois momentos são importantes no diálogo até o fim guerra quando a grande questão é de ordem racial. No início, no debate empreendido desde o final do II Reinado sobre a questão das raças no Brasil, quando raça era entendida por seu aspecto biológico, os japoneses entram nele como um terceiro elemento (além dos brancos e negros) para reforçar a tese de que a vinda de mais pessoas de raça inferior, como eram considerados os amarelos, não seria boa para o Brasil. Daí, a entrada tardia dos japoneses ocorrida só em 1908 por pressão do governo japonês e pela necessidade que o Brasil tinha naqueles anos de mão-de-obra.

O segundo momento nasce em meados da década de 1920 quando se verifica a entrada maciça dos japoneses no Brasil (63% do total dos imigrantes japoneses chegam entre 1924 e 1934) em decorrência da proibição da

imigração para os Estados Unidos. O governo japonês passa a subsidiar as viagens dos imigrantes, que até 1924 tinha sido responsabilidade dos cafeicultores contratantes. Nesse momento, a discussão racial toma também novos rumos: afasta-se da questão sobre raças inferiores, para se embrenhar no debate sobre a assimilação, entendida ainda com viés biológico, mas voltada para a questão da miscigenação. Novamente, voltam-se os olhos para os japoneses, vistos como inassimiláveis, ou seja, com sérios problemas para o enquistamento. Essa discussão coincide com a chegada recente dessa grande massa de japoneses que é acusada de não querer se misturar com os nacionais pelos casamentos, pela manutenção da língua e a concentração geográfica de suas comunidades, a preocupação das elites intelectuais e políticas na década de 1930. O sistema de cotas para a entrada de novos imigrantes a partir de 1934 é reflexo da política de nacionalismo que perduraria até o final da guerra.

**“Meus velhos pais!
Ficariam
contentes...
Conseguí comprar
uma terra do
tamanho
da aldeia onde
nasci.”**

(Iwanami, 1991:34)

Embora a posição oficial fosse desfavorável, as famílias japonesas conseguiam adquirir terras e ascender socialmente como pequenos proprietários de terras. O poeta imigrante Kikuji Iwanami sintetiza acima o significado de ser proprietário num país abundante em terras em

contraste com o Japão. A poupança familiar é o instrumento dessa ascensão.

A visibilidade dos japoneses é não apenas física, mas vem aliada a diversos fatores como: 1. diferentemente dos outros grupos, a imigração de japoneses ocorre em massa. Em poucos anos, percebe-se em São Paulo a concentração em algumas regiões do Estado e nos arredores da capital; 2. a rápida ascensão social: em poucos anos passam de colonos das fazendas a pequenos proprietários de terra, mesmo que de baixo valor ou pela compra independente, ou através das companhias de colonização que as adquiria e as revendia aos imigrantes; 3. a inovação na forma de exploração da terra através da pequena propriedade e da policultura; 4. a introdução de novos produtos e novos métodos de produção e comercialização – as colônias cujas terras eram repartidas entre os proprietários, as cooperativas, a opção por novos produtos como o algodão, o arroz, o chá, a criação de bichos da seda.

Dentro deste quadro, não é sem razão que as autoridades brasileiras vissem aquele grupo com receio. Num momento em que o Brasil busca homogeneidade cultural e racial, tudo o que denotava diferença era considerado suspeito. Por exemplo, a preocupação de Oliveira Xavier quanto aos japoneses. Num contexto de eminência de guerra, o autor aponta num mapa os caminhos possíveis de uma invasão japonesa em nosso território com base nos pontos em que havia concentração de colônias de imigrantes japoneses. A manutenção da língua nos meios familiares e da coletividade, a criação de pequenas fábricas para a comercialização de produtos alimentícios, a circulação regular de pelo menos quatro jornais semanais editados em língua japonesa,

a criação de escolas e a vinda de professores do Japão para o ensino da língua são algumas das manifestações públicas que chamam a atenção das autoridades. Nesse contexto, as resoluções da Constituição de 1934, a política de nacionalização do ensino de 1937, as proibições de circulação de livros e jornais em língua estrangeira já no período da guerra fazem parte de um conjunto em que um dos interlocutores é certamente o grupo dos imigrantes japoneses. Estes, por outro lado, mantêm através das companhias de colonização uma ampla infra-estrutura montada para apoiar as atividades de seus colonos. Há não só apoio às atividades agrícolas com agrônomos que experimentam novos produtos, ou os adaptam ao solo e clima do país, como há também escolas para a formação de agricultores, maquinário para o processamento das matérias-primas como o café, arroz, há armazéns no porto de Santos para a exportação. Desta forma há uma cadeia de produção cuja rentabilidade e eficiência eram incomuns para aquela época (Sakurai, 1999 e 2000).

Com esse conjunto de elementos, fica patente a idéia de que os japoneses vieram efetivamente para ficar, embora as disposições individuais fossem de se utilizar desses mecanismos para concretizar uma forma de poupar para retornar. O período até a guerra é cercado de polêmicas e de ambigüidades, seja dentro ou fora do grupo. A grande manifestação no interior do grupo ocorreu no término da Segunda Guerra Mundial com o movimento da Shindo Remmei. Houve uma cisão interna no sentido de parte da comunidade não admitir a derrota do Japão na guerra. Essa cisão pode ser interpretada além daquilo que é repetidamente alegado como a razão para o movimento, ou seja, a falta de informações sobre a guerra, o fanatismo, a lealdade ao país de

origem. A grande questão está em torno daquilo que o poeta Iwanami assinala em seus versos: as grandes possibilidades de ascensão social que o Brasil oferecia, ao contrário do Japão, sobretudo naquele momento. Os chamados 'vitoristas', que é a maioria, têm claro que a permanência no Brasil é um fato consumado, desde que se entenda que já existe uma segunda geração cujos anseios estão fixados dentro do país.

O investimento na educação como ressalta a personagem Hiromi no início deste artigo é um elemento a ser assinalado. Tanto quanto o trabalho intensivo, os estudos são também considerados um passo essencial para a ascensão social, como pode ser também interpretado como uma manifestação da superação dos desafios de ser diferente. Ao cursar as escolas técnicas ou as faculdades, os descendentes vão também em busca de uma aceitação social que é imprescindível para o grupo como um todo. Para a comunidade, ter representantes 'doutores' advogados, médicos, é uma prova de que obstáculos tinham sido superados, mesmo com o sacrifício de suas famílias. Como na esfera dos negócios, a comunidade oferecia a esses estudantes um aparato de apoio. Quando vinham para a cidade de São Paulo para estudar, havia internatos e pensões onde os jovens se hospedavam, muitos deles tendo que trabalhar.

“A tendência do Brasil é receber de braços abertos todos os estrangeiros (...) Tal índole do povo brasileiro não deve ser nunca esquecida pelos japoneses e

seus descendentes, muitos dos quais, mal-orientados (...) parecem perdidos em idéias e pensamentos inadequados, quando não, prejudiciais ao Brasil.”

(Yamashiro, 1947)

Os japoneses vão ganhando uma visibilidade social cada vez mais positiva no período imediatamente posterior à guerra. Ao invés de procurar se camuflar para não chamar a atenção, as diferenças agora são ressaltadas. Ou seja, nesses anos, a diferença é assinalada de forma bastante contundente. Por exemplo, quando em 1954 a cidade de São Paulo comemorou o seu quarto centenário de fundação, os japoneses participaram ativamente das atividades, inclusive com a inauguração do Pavilhão Japonês no Parque do Ibirapuera que estava sendo aberto na ocasião. Dentro do projeto do parque de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, incluíram num recanto a construção de madeira rodeada de jardins e lagos no estilo japonês. Não foi apenas isso. Na mesma época foram fundadas a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, a Aliança Cultural Brasil-Japão, cujos objetivos eram de divulgação da cultura japonesa, para dentro e para fora da comunidade. Existe uma forte tendência a realçar a diferença, dentro do contexto da discussão sobre o caráter social brasileiro sintetizado na idéia do homem cordial, da democracia racial. Os japoneses estão fazendo parte mais uma vez da mudança nos rumos da auto-identificação do país.

Nota-se que todo esse processo só é possível pela crescente urbanização do grupo. As famílias tendem a abandonar o campo para vir para as cidades ou os seus arredores, sobretudo São Paulo. São comuns na paisagem urbana as famílias dos tintureiros, quitandeiros, feirantes, fotógrafos de origem japonesa.

A partir da década de 1950 começam também a despontar nomes de origem japonesa na política, com a eleição a cargos legislativos, da política municipal até a esfera federal. Também começam a ficar conhecidos os artistas plásticos, como Manabu Mabe, que introduzem uma estética que foge dos padrões tradicionalmente aceitos até então. Esportistas vão ganhando medalhas, chamando a atenção para esportes trazidos do Japão, como o judô. Essas não são fruto de um momento, mas ao contrário, são manifestações que se consolidam com o tempo e são engrossadas com outros elementos como a inclusão da culinária, do ikebana, origami, dos artistas, esportistas, políticos, jornalistas e escritores no cenário nacional. Não há estranhamento e nem surpresas se alguém de origem japonesa é nomeado para um cargo, se um restaurante japonês é aberto, ou se uma exposição de um artista com sobrenome japonês é inaugurada.

A diferença foi sendo diluída pelo trabalho de ambos os lados. Não mais se coloca a raça como um obstáculo para a abertura de espaços na sociedade, nem mais se discute a necessidade de assimilação, desde que houve uma reinterpretação sobre o significado do papel do imigrante no Brasil. A ascensão social destes se reverte a seu favor em torno do discurso do progresso que trouxeram para o país, do empenho no trabalho como forma de crescimento moral e

ético, assim como abre caminhos para apontar como os estudos devem ser uma meta para todos os brasileiros. Se até a guerra a imagem do imigrante vai sendo construída por meio de um diálogo nem sempre amigável, no pós-guerra as elites utilizam os imigrantes para tomá-los como exemplo. No *slogan* de São Paulo como locomotiva do Brasil, o papel dos imigrantes é ressaltado, visto que São Paulo foi o seu maior receptor.

Novamente nesse contexto, os japoneses voltam a receber atenção. A partir da década de 1960 é comum a referência às 'contribuições' dos japoneses, dando a entender que a sua participação é efetiva e aceita positivamente. O novo papel internacional do Japão como potência econômica mundial muda também a avaliação. O fato de que o Japão se reconstruiu em poucas décadas após a guerra reforça uma imagem positiva para aqueles que estavam no Brasil desde o início do século. Num primeiro momento, associa-se a imagem do trabalho coletivo como arma para reerguer o país das cinzas da guerra. Depois, a imagem de sucesso se reforça quando os norte-americanos começam a chamar a atenção sobre o modo japonês de fazer negócios, ao mesmo tempo em que empresas japonesas começam a se espalhar pelo mundo. A associação entre o país de origem e os imigrantes ocorre quando se percebe que aqui também os japoneses se reúnem em associações, possuem cooperativas há várias décadas seguindo, portanto, as mesmas diretrizes de sucesso do seu país de origem. Data desta época a disseminação da idéia de que os japoneses são trabalhadores, esforçados, inteligentes. A criação desta imagem no senso comum está assim, intimamente ligada à imagem que o Japão divulga para o mundo.

“Chegaram aqui e encontraram tudo mastigado.”

(Nakamura, 1988:174)

Nos anos que se seguiram à guerra há também que se realçar uma mudança no perfil da imigração e do Japão no contexto da economia brasileira. Cerca de 50.000 japoneses chegam desde o início da década de 1950 até o final dos 70. Em sua maioria são agricultores destinados aos projetos de colonização tanto brasileiros como japoneses. São colonos que vêm para regiões pouco exploradas como o Centro-Oeste ou o Nordeste abrindo novas perspectivas para a agricultura. Muitas das colônias fracassaram, outras ficaram em situação precária. No entanto, em regiões antes consideradas improdutivas, como o cerrado, os japoneses introduzem uma agricultura de correção do solo e mecanizada, que abre grandes extensões para a produção de café, soja, trigo. No Nordeste, desenvolvem a fruticultura (melão, uva, manga, mamão papaia, etc.); no Sul, a maçã, no Norte, a pimenta do reino. Os imigrantes agricultores do período vêm com uma experiência anterior no Japão, com diplomas de cursos técnicos, contando também com o apoio técnico e com investimentos das grandes cooperativas. Percebe-se que existe uma repetição do esquema de amparo para que as experiências possam ser bem sucedidas.

Um outro segmento embora numericamente menos significativo é o de técnicos industriais. São poucos, porém representantes de um novo marco da presença dos japoneses no Brasil. Dos anos 1950 em diante, com a prática de uma política industrial, a

abertura de indústrias de bens duráveis, de consumo e de infra-estrutura se implanta no país. A questão da mão-de-obra é crucial e exige um quadro técnico especializado que o país não dispõe. A imigração de trabalhadores qualificados ocorre tanto para europeus como para japoneses. Tanto as indústrias estatais como a Usiminas, como as privadas empregam um quadro técnico vindo do exterior. O Japão investe na siderurgia, na indústria naval, setores de tecnologia, assim como investe em mineração, papel e celulose em acordos feitos com o governo brasileiro. No setor privado ganham visibilidade trazendo indústrias de eletro-eletrônicos, de precisão, alimentos, têxteis. Na década de 1960, por exemplo, marcas japonesas fabricadas no Brasil eram sucesso como os rádios portáteis, as motocicletas, os relógios a preços baixos.

Os novos imigrantes se reúnem aos que já viviam há meio século no Brasil numa situação privilegiada, pois vêm com um status diferente daqueles para a lavoura. Isso cria no seio da comunidade desconfortos e uma certa animosidade. Os novos imigrantes são chamados pejorativamente de 'Japão novo', e por sua vez, os antigos imigrantes são os 'Brasil bokê' (bokê em japonês significa caduco), ou seja, são os antiquados, 'caipiras'. Essa clivagem ocorre nos primeiros anos de forma até agressiva. Há relatos de que, descendentes, funcionários bilíngües da Usiminas, criaram problemas com os dirigentes japoneses porque não concordavam com a forma destes dirigirem a empresa (Epopéia: 433). A receptividade destes nas agremiações da comunidade era pequena, havia obstáculos a casamentos entre membros dos grupos. Com o passar dos anos, a questão foi sendo superada, mas ainda persiste uma divisão, ainda que tênue entre os imigrantes dos dois

períodos.

“Mesmo nas mesas das casas dos meus filhos servem-se juntos o bife, a macarronada, o nikomi udon (macarrão udon e nishime, que é um cozido de carne e verduras com tempero shoyu). Toda essa mistura não causa estranheza.”

(Hironaka, 1994: 82)

A grande questão que atravessa as décadas seguintes à guerra não é a de ser ou não ser brasileiro, mas é de como se tornar (ou não), brasileiro. Também sobre este aspecto, não há unanimidades. Há os que defendem a posição de voltar as costas a tudo que é japonês, há os que, por outro lado, acreditam que a manutenção da língua e dos valores é imprescindível na educação das gerações. Há os que se sentem como a autora Chikako Hironaka, “*desgarrada tanto do Japão quanto do Brasil*” (Hironaka: 36).

O trecho de abertura desta parte do artigo é elucidativo para se compreender o significado de ser nipo-brasileiro: é misturar a culinária de diversas origens, de falar o *corônia gô* (a língua da colônia), mistura de português com o japonês, participar de atividades na Universidade, nos clubes e ir aos funerais do culto budista. É se voltar para fora e manter a lealdade aos valores da família japonesa, tal como a jovem Hiromi do romance de Luís Galdino. A tendência é dos nipo-brasileiros se integrarem cada vez mais

à sociedade brasileira, tal como atesta o estudo de 2002 do Centro de Estudo Nipo-Brasileiros (CENB, 2002). Neste estudo, foram feitos levantamentos em quatro locais onde há concentração de japoneses (Vila Carrão em São Paulo, Suzano na Grande São Paulo, as antigas colônias Aliança no município de Araçatuba em São Paulo e em Maringá no Paraná). Embora não reflita o universo da comunidade nipo-brasileira, o levantamento quantitativo aponta que ainda se fala o japonês e o português em casa, que as famílias freqüentam a associação japonesa local, que mantêm o oratório budista (*butsudan*) em suas residências, tomam a sopa tradicional do Ano Novo (*zôni*), mas ao mesmo tempo, fazem o culto aos antepassados no dia de Finados (2 de novembro), em sua maioria (56,7%) lêem e assinam jornais brasileiros, a comunicação entre as crianças é predominantemente em português. Os casamentos interétnicos continuam sendo uma tendência cada vez mais presente na vida das famílias de origem japonesa e, por conseguinte, admite-se hoje a existência de uma geração de miscigenados, fruto dos casamentos interétnicos.

“Soube também de uma família inteira que largou a lavoura no interior de São Paulo e foi para Tóquio, onde, juntos, estão conseguindo economizar na base de dez mil dólares por mês!”

(Hasegawa, 1991: 193)

A ida dos descendentes dos imigrantes japoneses para o Japão é

uma migração de retorno, ou uma nova migração? Esta é uma questão que fica no ar porque diante de uma história que conta quase cem anos. Até que ponto é possível se afirmar que os quase 250 mil *dekassegui*¹ são ainda japoneses para vê-los como migrantes retornando ao país de origem? Do meu estrito ponto de vista, os cem anos de vivência no Brasil tornou os nipo-brasileiros um migrante com traços particulares dentro do Japão. Mas não se trata de um retornado. Pelos laços de sangue, o *dekassegui* é considerado japonês, mas culturalmente, é fruto de todo o processo descrito neste artigo, um cidadão com duplas raízes.

Os *dekassegui* brasileiros são alvo de um número cada vez maior de estudos, porque têm uma condição muito peculiar nas discussões sobre identidade cultural, sentido de pertencimento a uma nacionalidade no contexto da globalização. Pelo lado objetivo, é a possibilidade de poupança como atesta o texto do romance de Laura Hasegawa. É um empreendimento que visa o retorno ao Brasil em melhores condições econômicas. No Japão, esses brasileiros se confundem na multidão com aqueles cujas feições são semelhantes (o que nunca ocorreu no Brasil), trabalhando lado a lado com os japoneses. A pergunta que os estudos fazem é em qual medida esses trabalhadores se sentem japoneses ou brasileiros? As descrições dos espaços de sociabilidade, assim como notícias de jornal, relatos pessoais, apontam que no contexto japonês, a tendência é de se afirmar a sua 'brasilidade' usando símbolos que denotam a sua condição de serem do Brasil. Assim, a feijoada, o Carnaval, as roupas decotadas, demarcam espaços que são facilmente reconhecidos pelos membros do grupo. São sinalizações para demonstrar o 'calor humano' dos brasileiros em contraste com a 'frieza'

japonesa, mesmo que no Brasil tais sinais não fizessem parte do cotidiano dessas pessoas. Na condição de migrantes, os nipo-brasileiros reproduzem aquilo que os seus antepassados fizeram no início da imigração para o Brasil: realçam aquilo que lhes era familiar e lhes dava o sentido de pertencer a um grupo.

O grande debate hoje no interior da comunidade japonesa no Brasil é sobre o futuro da própria comunidade. "Para onde vamos?", perguntam líderes da comunidade. A preocupação se justifica pelos dados já apontados, como a língua, os costumes se voltarem predominantemente para o Brasil, o esvaziamento das associações, a fuga dos jovens nas atividades da comunidade. Além disso, verificou-se também a diminuição no número de representantes da comunidade na política nacional (nas eleições de 2002 apenas dois deputados federais foram eleitos em todo o Brasil, embora o número de candidatos fosse superior a quarenta), abrindo discussões sobre a diluição dos laços de pertencimento, e, portanto, de comunidade. Alguns apontam para o seu desaparecimento, outros insistem na necessidade de revitalização. Aqui também não há consenso. Mas a história de cada um, as trajetórias familiares dão conta de que mais que a estrutura institucional, permanece o fruto de cem anos de história. Como diz o poeta imigrante,

*"Mesmo não tendo
nenhum fertilizante,
as hortaliças
frutificaram todas.
Abençoado este país!"*

(Iwanami, 1993: 40)

* Célia Sakurai é pesquisadora do IDESP e Coordenadora Acadêmica do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil.

NOTA

1- *Dekassegui* é o termo utilizado para se referir aos trabalhadores brasileiros de origem japonesa no Japão. Tem o sentido de trabalhador temporário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CENTRO DE ESTUDOS NIPO BRASILEIROS
(2002) *Pesquisa da comunidade nikkei*. São Paulo, (mimeo).
- COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL
(1992) *Uma epopéia moderna. 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo, Editora Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa.
- GALDINO, Luiz
(1990) *Romeu e Hiromi*. São Paulo, Melhoramentos.
- HASEGAWA, Laura
(1991) *Sonhos bloqueados*. São Paulo, Estação Liberdade.
- HIRONAKA, Chikako
(1994) *Horas e dias do meu viver*. São Paulo, Empresa Jornalística Diário Nippak/Aliança Cultural Brasil-Japão.
- IWANAMI, Kikuji
(1993) *Terratempo*. São Paulo, Aliança Cultural Brasil-Japão.
- LEÃO, Valdemar Carneiro
(1990) *A crise da imigração japonesa no Brasil 1930-1934*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.
- NAKAMURA, Hiroko
(1988) *Ipê e Sakura. Em busca da identidade*. São Paulo, João Scortecci Editora.
- SAKURAI, Célia
(1999) "Imigração Japonesa para o Brasil. Um exemplo de imigração tutelada (1908-1940)." In: FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América*. São Paulo. EDUSP/Fundação Memorial da América Latina: 201-238.
- SAKURAI, Célia
(2000) *Imigração tutelada. Os japoneses no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp.
- YAMASHIRO, José
(1947) *Democracia Racial*. Jornal Paulista, 04/01/1947.